

# Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica



*Mara Ferreira Rovida*

*Doutora em Ciências da Comunicação pela USP  
E-mail: mararovida@gmail.com*

**Resumo:** O amadurecimento do campo da comunicação tem sido revelado por mudanças nas propostas e objetivos das pesquisas contemporâneas. A busca por metodologias de pesquisa empírica que possam auxiliar nessa empreitada é uma constante. Nesse sentido, a etnografia é fonte de inspiração ao revelar a eficiência de formas de trabalho de campo bastante semelhantes às técnicas de apuração jornalística. Saber aproveitar um conhecimento já arraigado entre os fazeres comunicacionais parece vantajoso.

**Palavras-chave:** Metodologia, pesquisa empírica, descrição densa, jornalismo dialógico.

*Etnografía e reportaje periodística: aproximación posible para una metodología de investigación de campo*

**Resumen:** La maduración del campo de la comunicación se revela en las mudanzas de las propuestas e objetivos de las investigaciones contemporâneas. La búsqueda por metodologías de investigación empírica que pueden ayudar en esta empresa se hace presente constantemente. En este sentido, la etnografía es una fuente proficua por revelar la eficacia de formas de trabajo de campo mui semejantes a las técnicas del labor periodístico. Saber aprovechar un conocimiento ya arraigado entre las técnicas de la comunicación parece vantajoso.

**Palabras clave:** Metodología, investigación de campo, descripción densa, periodismo dialógico.

*Ethnography and journalistic reporting: possible approaching to an empirical research methodology*

**Abstract:** The maturing of communication champs is exposed by changes in the proposals and objectives of contemporary researches. There is a constant quest for empirical research methodologies that could help in those new proposals. The ethnography is a profitable source because it shows the efficacy in some champs research technics that are very similar to journalistic investigation. To take advantage of an entrenched knowledge in communication seems profitable.

**Keywords:** Methodology, empirical research, description dense, dialogical journalism.

A pesquisa comunicacional não pode se estruturar apenas e tão somente em reflexões teóricas. Embora essa constatação possa parecer uma obviedade, ela acaba por evidenciar uma angústia bastante comum entre os pesquisadores da área; afinal como alinhar teoria e pesquisa de campo? Quais seriam as metodologias adequadas para o levantamento de dados empíricos?

Esses questionamentos parecem longe de estar apaziguados e a necessidade de ampliar a parcela de empiria na pesquisa comunicacional vem sendo apontada por grandes pesquisadores da área. Em 2013, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) sediou um encontro comemorativo dos 50 anos da fundação do Instituto de Ciências da Informação, por Luiz Beltrão. Durante os debates, um dos pontos destacados pelos participantes foi justamente a importância e a escassez das pesquisas empíricas na comunicação.

Outro desafio que se apresenta nessa seara é o trânsito entre as grandes coletas de dados estatísticos e as imersões em campo. Em outras palavras, a junção das perspectivas quantitativa e qualitativa.

Para contribuir com esse debate, neste artigo, pretende-se discutir uma metodologia de pesquisa qualitativa que parece bastante próxima do pesquisador da comunicação por guardar semelhanças com um dos fazeres técnicos mais comuns dessa área, o jornalismo.

*Não se trata de fazer um relato frio e descritivo de situações observadas em campo, mas de interpretar os significados dos gestos e comportamentos*

### ● Descrição densa, interpretando o social

A pesquisa de campo nos moldes da etnografia implica em ir ao mundo, ouvir as pessoas e, principalmente, observar para compreender aquilo que se passa; o que nos leva à chamada observação participante. O termo tem gerado algum desconforto e seu uso carece de algumas ponderações.

Surgida como metodologia de pesquisa de campo de etnógrafos e antropólogos, a observação participante se consolidou como procedimento eficiente para alcançar informações mais detalhadas sobre os fenômenos sociais. Como indica Antônio Joaquim Severino (2008), em seu manual de metodologia científica, na pesquisa participante, “o pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. Passa a interagir com eles em todas as situações acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos” (Severino, 2008, p. 120). Num primeiro momento, tal ferramenta de trabalho era comumente aplicada em situações relativas a sociedades ditas primitivas ou exóticas e, por isso, havia a necessidade de uma “aproximação” do pesquisador com seu “objeto” de pesquisa. Mas, no momento em que essas disciplinas

das ciências sociais se voltam para a dinâmica da sociedade ocidental capitalista (com especial atenção para o espaço urbano), esta posição em relação aos fenômenos sociais é questionada. Neste cenário naturalmente próximo ao pesquisador, a dúvida passa a ser como manter distância do objeto pesquisado e, portanto, a “neutralidade” e a “isenção” necessárias para uma análise “aceitável”.

O desconforto em eleger e anunciar a observação participante como metodologia de trabalho se faz visível entre alguns pesquisadores contemporâneos. Na apresentação do livro *Saídas de emergência* (2011) – baseado numa série de pesquisas sobre a cidade de São Paulo –, Michel Pialoux cita a metodologia usada pelo grupo responsável pelo trabalho como observação “participante”. Ele coloca entre aspas a palavra participante e indica, dessa forma, certo desacordo com o termo e tudo aquilo que ele representa, isto é, a objetivação dos fenômenos pesquisados e o distanciamento dito necessário à imparcialidade da análise. Tais questionamentos relativos à pesquisa antropológica também são recorrentes no processo de produção (apuração) do jornalismo.

As semelhanças entre aquilo que se espera do trabalho de campo de um antropólogo e de um jornalista foram notadas e anotadas por Raul Hernando Osorio Vargas, em sua dissertação de mestrado (1998). Vargas analisou a produção das reportagens literárias – o que, de certa maneira, diz respeito a toda e qualquer produção jornalística – e mostrou que a apuração ou coleta das informações implica em ir a campo, em observar a realidade e conversar com as pessoas que fazem parte das histórias narradas. Algo que se assemelha à proposta das pesquisas etnográficas e antropológicas.

Cidade, lugar privilegiado para a observação participante, aquela que nasceu com a sociologia nos anos finais do século 19 e começo do século 20, método de conhecimento de um mundo diferente, para navegar com empatia e assombro pelo modo de vida urbano e as tramas da sociedade atual, onde

o perfil psicológico dos sujeitos é o tema do dia. Lugar de encontro das diversas memórias e oralidades da metrópole. A reportagem chega à outra sensibilidade, porque a cidade é a gente (Vargas, 1998, p. 107).

Assim, objetivando evitar o desconforto causado pelo termo ‘observação participante’, tem-se como saída a adoção de expressões como observação empírica ou observação de campo e trabalho de campo.

Apaziguada a questão nominal, é preciso identificar uma maneira de colocar em prática um plano de trabalho sustentado por essa metodologia de pesquisa. É na antropologia, disciplina pioneira nesse modelo de trabalho de campo, que são encontradas formas de fazê-lo.

O que se pode esperar dos dados levantados nesse tipo de pesquisa empírica? Como analisar tais informações, utilizando conceitos macrossociais? É possível fazer conexões entre aquilo que se passa num ambiente específico e aquilo que se coloca como padrão comportamental de uma dada sociedade num determinado momento de seu desenvolvimento? Para Clifford Geertz (2008) isso é possível, mas é preciso fazer algumas ressalvas quanto às relações entre os resultados obtidos em campo e aquilo que o autor chamou de megaconceitos das ciências sociais.

Geertz lança mão da ideia de descrição densa para desenvolver uma postura de análise antropológica que se sustenta numa lógica interpretativa das cenas observadas pelo cientista social – é possível entender esse movimento da antropologia a partir da perspectiva do jornalismo, uma vez que a prática jornalística já lida com processos de observação, descrição e interpretação condensados em narrativas há muito tempo. Assim, a antropologia é pensada como uma ciência interpretativa (Geertz, 2008, p. 4). Essencialmente, o antropólogo busca na observação empírica, na etnografia, os dados com os quais irá trabalhar, e é a partir dessa incursão à campo que a cultura será, então, interpretada.

(...) a etnografia é uma descrição densa. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 2008, p. 7).

Essa postura em relação ao trabalho realizado pelo antropólogo apresenta a perspectiva de que os relatos, os diários e as anotações de toda ordem feitas pelo pesquisador estão impregnados de impressões e de nuances que ultrapassam a mera descrição de cenas. Não se trata de fazer um relato frio e descritivo de situações observadas em campo, mas de interpretar os significados dos gestos e comportamentos, elevando-os à condição de categoria cultural (Geertz, 2008, p. 5). A base cultural que corresponde a esses significados deve ser levada em consideração para que a interpretação, ou a descrição densa, seja desenvolvida pelo etnógrafo. “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (...) Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades, dissolve sua opacidade” (Geertz, 2008, p. 10).

Mesmo que o processo esteja baseado numa interpretação, seja das cenas e gestos observados, seja das bases culturais, o resultado apresentado pelo etnógrafo é um texto criado e fictício, embora factual. “Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de fictio – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento” (Geertz, 2008, p. 11). Por outro lado, existe coerência e regularidade nos padrões comportamentais observados pelo antropólogo – apesar de que o contraditório e as ‘mudanças’ seguem fazendo parte –, afinal, se não houvesse algum tipo de permanência, seria impossível observar a cultura como sistema (Geertz, 2008, p. 13).

De forma um tanto poética, Geertz sentenciava que o etnógrafo acaba por apreender

os discursos e os gestos das pessoas que fazem parte das cenas acompanhadas e, então, ele os inscreve, ele os anota (Geertz, 2008, p. 14). Nesse sentido, os textos apresentados por esses cientistas são inscrições de uma realidade apreendida e interpretada a partir de uma constatação de primeira, segunda ou, até mesmo, de terceira ordens. “(...) os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.)” (Geertz, 2008, p. 11).

A descrição etnográfica possui três características “ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (Geertz, 2008, p. 15). No processo de elaboração dessa descrição, que se estabelece como resultado da observação em campo, aquilo que corresponde a uma situação extremamente específica pode ser vinculado aos megaconceitos das ciências sociais. Mas, isso não significa, necessariamente, buscar no particular a representação de leis gerais e universais.

É justamente com essa espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, em longo prazo, principalmente (embora não exclusivamente) qualitativo, altamente participante e realizado em contextos confinados, que os megaconceitos com os quais se aflige a ciência social contemporânea (...) podem adquirir toda a espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente sobre eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles (grifo do autor) (Geertz, 2008, p. 16-17).

Isso significa que os megaconceitos e as grandes teorias não precisam ser de forma alguma, colocados em antagonismo com as análises micro-sociais; embora, tal ideia não signifique, exatamente, aplicar as regras gerais aos exemplos específicos. Esta é,

em verdade, uma maneira de, com os megaconceitos, pensar criativamente sobre as situações analisadas. “Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, as piscadelas à epistemologia, ou incursões aos carneiros à revolução” (Geertz, 2008, p. 17).

O autor alerta ainda para o fato de que as teorias que antecedem os estudos em desenvolvimento são levadas em consideração pelo etnógrafo e não há nada de errado nisso. Nenhum estudo é totalmente original, no sentido de ter sido criado “do nada”.

Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual. Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto o movimento não parte de teoremas já comprovados para outros recém-provados, ele parte de tateio desajeitado pela compreensão mais elementar para uma alegação comprovada de que alguém a alcançou e a superou (Geertz, 2008, p. 18).

As noções teóricas são, assim, retomadas, testadas e reelaboradas. Dessa forma, Geertz acredita que é possível buscar em teorias anteriores formas de compreender aquilo que se estuda na contemporaneidade. Embora as teorias caiam em descrédito e desuso com o passar do tempo, como o autor chama a atenção em nota de rodapé no livro aqui citado, elas fazem parte do arcabouço teórico do etnógrafo e dos pesquisadores de forma geral. A partir desse conhecimento prévio, esse cientista busca novos caminhos para interpretar aquilo que observa. Em outras palavras, recuperar teorias e testar sua potencialidade como forma de compreender novas situações encontradas em campo é sempre produtivo. Na medida em que tais

noções teóricas deixam de ajudar na construção das interpretações, elas vão sendo deixadas de lado.

Nesse processo interpretativo, as teorias tanto influenciam na postura do etnógrafo em campo, como balizam o estágio posterior à descrição densa.

Tal visão de como a teoria funciona numa ciência interpretativa sugere que a diferença, relativa em qualquer caso, que surge nas ciências experimentais ou observacionais entre “descrição” e “explicação” aqui aparece como sendo, de forma ainda mais relativa, entre “inscrição” (“descrição densa”) e “especificação” (“diagnose”) (...). Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana (Geertz, 2008, p. 19).

Desta forma, apoiando-se em Geertz e em sua proposta de pesquisa de campo como uma descrição densa, é possível traçar um caminho que pode levar à compreensão daquilo que está no cerne das relações sociais observadas na contemporaneidade.

Como Geertz sugere, os megaconceitos não são, de forma alguma, o alvo central do estudo antropológico nesses moldes. Eles são utilizados como apoio para um exercício de interpretação da realidade. Dessa forma, estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar *sobre* os conceitos.

Em outro trabalho – *O saber local* (2004) –, Geertz aprimora sua metodologia de pesquisa empírica, introduzindo alguns aspectos da subjetividade dos indivíduos observados em campo e de fórmulas para se alcançar uma interpretação mais coerente

dos significados dos fenômenos analisados. Com base na ideia de senso comum como “sistema cultural” (Geertz, 2004, p. 21), o autor defende que o entendimento dos fenômenos observados pelos pesquisadores depende de dois procedimentos. Um deles se pauta pela abertura, dada aos indivíduos partícipes das dinâmicas observadas, para desenvolver interpretações sobre suas regras morais, legislação, religiosidade e demais aspectos de sua vivência em grupo. O outro implica em “mostrar a lógica das formas de expressão deles, com nossa fraseologia” (Geertz, 2004, p. 20). Geertz forma, assim,



*É preciso se valer de analogias mais requintadas como a perspectiva da sociedade como “um jogo sério, um drama de rua, ou um texto sobre comportamento”*

uma abordagem que coloca a interpretação dos próprios atores sociais que fazem parte dos grupos pesquisados como fonte de informação do cientista. O pesquisador, por sua vez, irá formular um texto capaz de tornar tal interpretação acessível e pesquisável.

Mesmo que pareça simples, o procedimento requer alguns cuidados; “(...) o movimento é entre interpretar demais ou interpretar de menos, lendo mais coisas naquilo que observamos do que a razão exigiria” (Geertz, 2004, p. 29). Não se deve, portanto, se fiar em exemplos de histórias extraordinárias, nem mesmo reduzir os indivíduos a um tipo comum, como se as pessoas fossem todas iguais. Identificar as diferenças culturais e respeitá-las no processo de interpretação é essencial, além de ser imprescindível não se deixar levar por excessos fantasiosos. Numa palavra, é preciso ponderação.

Geertz retoma a analogia – procedimento bastante comum entre os pioneiros das ciências sociais – como forma de alcançar a inteligibilidade. Mas, ele afirma ser preciso ir além das fórmulas corriqueiras, como as noções de sociedade como máquina ou organismo. É preciso se valer de analogias mais requintadas como a perspectiva da sociedade como “um jogo sério, um drama de rua, ou um texto sobre comportamento” (Geertz, 2004, p. 38).

Tais maneiras de interpretar ou de representar o social guardam suas armadilhas. Sobre a dramatização, por exemplo, Geertz

*O pesquisador, em suas incursões a campo, terá de observar, entrevistar, conversar, dialogar com seus informantes para apreender os nuances*

alerta para o que ele considera ser o ponto forte e, ao mesmo tempo, fraco dessa forma de analogia.

Essa facilidade em abrir suas portas para abrigar qualquer tipo de caso é um dos pontos fortes da versão de analogia dramática proposta pela teoria ritual; é, também, sua maior fragilidade. Capaz de expor alguns dos elementos mais profundos do processo social, ela o faz tornando insipidamente homogêneos assuntos obviamente diferentes (Geertz, 2004, p. 46).

O autor testa essa metodologia e essas formas de interpretação do social em suas pesquisas. Nesse percurso, Geertz enfrenta alguns desafios que se colocam como grandes questões da etnografia. Entre eles, destaca-se o risco das generalizações, por um lado, e do excesso de relativização, por

outro. Até que ponto as sociedades, em seus costumes e rituais, podem ser aproximadas? Em que medida é possível relativizar ações que desrespeitam valores humanos? Citando Trilling, Geertz questiona “como é que as criações de outros povos podem ser tão próximas a seus criadores e, ao mesmo tempo, tão profundamente, uma parte de nós” (Geertz, 2004, p. 84).

Nesse embate, entre relativizar o que parece ser uma afronta a valores “universais” e aproximar de “nós” os grupos pesquisados, é preciso manter em evidência as diferenças sem perder os pontos de proximidade. Esse jogo interpretativo ganha reforço no que o autor chama de “experiência próxima” (Geertz, 2004, p. 87), isto é, a informação ou dado interpretado por quem faz parte dos grupos pesquisados. Esse informante, por assim dizer, é mais capacitado para compreender os significados atribuídos pelo grupo a um determinado ritual, crença, regra ou valor do que um observador externo. Com base nesse reforço do indivíduo que auxilia na interpretação do etnógrafo, é possível ponderar as relativizações e aproximações com mais propriedade.

Dessa forma, o antropólogo terá como objetivo entender o que as próprias pessoas envolvidas nas situações pesquisadas pensam sobre o assunto. Seria como ter certeza de que em Bali determinado ritual tem um peso maior ou menor não porque o etnógrafo chegou a essa conclusão em sua observação, mas porque os balineses assim o consideraram (Geertz, 2004, p. 89).

Com essa postura, o pesquisador amplia sua capacidade interpretativa de forma geral. Ele conquista, inclusive, os espaços da subjetividade.

Em suma, é possível relatar subjetividades alheias sem recorrer a pretensas capacidades extraordinárias para obliterar o próprio ego e para entender os sentimentos de outros seres humanos. Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial, se temos

esperança de conseguir que as pessoas tolem nossa intrusão em suas vidas ou de que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar. (...) a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade. Entender a forma e a força da vida interior de nativos – para usar, uma vez mais, esta palavra perigosa – parece-se mais com compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada – ou, como sugeri acima – interpretar um poema, do que com conseguir uma comunhão de espíritos (Geertz, 2004, p. 106-107).

Mas, isso não significa perder de vista o aspecto coletivo da construção de sentidos. Mesmo que a fonte de informação seja um indivíduo, o sentido que ele irá identificar para interpretar uma pintura, um ritual ou qualquer outra situação referente a seu grupo social terá como origem um processo coletivo de construção de significado. “(...) como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência” (Geertz, 2004, p. 165).

Geertz compara os indivíduos dessas sociedades distantes aos sujeitos que fazem parte de grupos acadêmicos, cujas especializações diferenciam as pessoas em sociedade e aproximam-nas de seus pares. Numa lógica de coletivos, tais especialistas se conhecem (dado o pequeno número de indivíduos que fazem parte do grupo) e se reconhecem por sua atuação. “(...) a interação [desses especialistas em seus grupos] – ou diríamos a solidariedade durkheimiana – entre eles, daria inveja aos zulus” (Geertz, 2004, p. 234). Por outro lado, a interação entre os vários grupos especializados poderia ser respaldada pela chamada consciência coletiva.

Se é verdade que existe uma consciência coletiva, e que esta consiste na interação de uma multiplicidade desordenada de perspectivas nem sempre comensuráveis,

a vitalidade dessa consciência coletiva dependerá, então, de que sejam criadas as condições para que essa interação possa ocorrer. O primeiro passo para a criação dessas condições é a aceitação de que existem diferenças, e diferenças profundas; o segundo é compreender quais são essas diferenças; e o terceiro é construir algum tipo de vocabulário capaz de formulá-las publicamente (Geertz, 2004, p. 241-242).

Uma vez que o pesquisador, em suas incursões a campo, terá de observar, entrevistar, conversar, dialogar com seus informantes para apreender os nuances que lhe escapam, é pertinente pensar como estabelecer esse contato. As técnicas de entrevista em profundidade – pensadas no âmbito da comunicação jornalística – podem auxiliar nesse processo. Na perspectiva de Cremilda Medina, a entrevista é uma técnica de interação social cuja finalidade é o inter-relacionamento humano (Medina, 2008, p. 8). A autora se baseia em Edgar Morin e em Carl Rogers para estabelecer paralelos entre a sociologia e a psicanálise, de um lado, e o jornalismo, de outro. Assim, ela propõe que a entrevista jornalística seja desenvolvida com base em uma postura dialógica, não-diretiva (Rogers) em que jornalista e fonte se colocam em uma verdadeira interação. O diálogo, embora se estabeleça entre particulares (indivíduos específicos), permite a pluralidade e a ampliação das vozes e pontos de vista (polifonia e polissemia) necessários à construção de uma comunicação verdadeiramente democrática.

A entrevista pensada como diálogo aberto – embora seja planejada com uma pauta prévia e um objetivo anteriormente traçado – pressupõe um tipo de interação entre jornalista e fonte, ou entre pesquisador e entrevistado, que possibilita um outro tipo de descoberta. Normalmente, a realidade observada é mais complexa do que o plano de trabalho pode prever e tal abertura garante ao pesquisador ou jornalista aproveitar esse contato com as pessoas para aprofundar e enriquecer seu conhecimento. Além disso, as

conexões entre o depoimento de um indivíduo e os processos demonstrados pelos conceitos – ou megaconceitos como denominado por Geertz – vão aparecer naturalmente nesse diálogo.

### ● **A reportagem jornalística e o diálogo social**

A noção de jornalismo como espaço de diálogo social é defendida por Cremilda Medina (1996). A autora entende a comunicação jornalística como uma “mediação trialógica”, com potencial de multiplicação por ‘n’ possibilidades. Nessa perspectiva, o comunicador irá atuar com o mundo das ideias, o imaginário coletivo e com os comportamentos culturais. Isso tudo para encaminhar a mediação de forma a lidar com a complexidade das situações sociais apresentadas, ultrapassando os reducionismos e colocando em diálogo os protagonistas de suas narrativas e aqueles que fazem parte do público (Medina, 1996, p. 13).

Para estreitar as relações entre esses atores sociais, o jornalista precisa se valer de uma linguagem capaz de estabelecer um contato entre público (fruidor da notícia) e protagonista da ação.

E se esta linguagem mediadora sair do puramente virtual para a efetiva comunicação social, o fruidor da informação se identifica com o sujeito do acontecimento, revive o acontecer e assume a ação histórica com decisões informadas (Medina, 1996, p. 13).

Nessa relação triádica (ou trialógica), que envolve mediador (comunicador), fontes de informação e público, a contribuição criativa do jornalista deve ser levada em grande consideração, segundo Medina. É o mediador criativo, capaz de estabelecer um diálogo afeto ao outro (seja fonte de informação ou público), quem irá tecer as teias dessa relação. Sua atuação ultrapassa a esfera da técnica burocratizada e burocratizante, ela deve se expandir e, com base na pesquisa incansá-

vel, estabelecer nexos com a realidade. Surge dessa noção, o que Medina chama de Jornalismo de Autor (Medina, 1996, p. 14) cujo desenvolvimento se baseia na maturidade do comunicador. Esse jornalista experimentado investiga a fundo e consegue desenvolver uma interpretação eficiente para demonstrar as várias forças atuantes na cena ou situação apresentada. E essa apresentação, essa narrativa terá marcas autorais indiscutíveis (Medina, 1996, p. 18).

O contato com os protagonistas das ações e a própria elaboração da narrativa jornalística implicam em lidar com forças de poder. Medina destaca a importância de revelar as interferências dessas forças no texto jornalístico – o que não se resume a texto escrito – para que o público possa ter uma compreensão mais ampliada das situações. Nesse sentido, a autora destaca três tipos ou três feixes de forças. O primeiro deles é formado pelos grupos de poder “que vão da própria empresa emissora aos grupos externos organizados econômica, política, social e culturalmente” (Medina, 1996, p. 19). Já o segundo feixe é formado por forças culturais e o terceiro é originado pelo próprio produtor da informação (Medina, 1996, p. 19-20). Assim, esse comunicador maduro tem de evidenciar em sua narrativa não apenas as forças de poder que incidem sobre o fato apresentado, como também deve mostrar as forças culturais presentes no processo de produção da comunicação e, claro, sua própria interferência como agente de mediação.

O domínio de técnicas que ajudem a obter como resultado uma narrativa verdadeiramente dialógica – isto é, capaz de colocar em relação os vários atores envolvidos no processo – implica em aprofundar um conhecimento sobre a própria produção jornalística. O contato com as fontes, por exemplo, baseado numa entrevista-diálogo será importante para que o mediador possa construir sua narrativa. Se na pesquisa, na checagem de informações, a postura do comunicador for de abertura aos afetos, num

sentido de disposição para o diferente, esse processo será facilitado. Um mediador competente seria capaz de atuar ética, estética e tecnicamente (Medina, 1996, p. 20).

Essa competência se estabelece, em grande medida, na capacidade de o jornalista fazer uma leitura do mundo. A abundância de informação, as facilidades apresentadas pelos aparatos tecnológicos, as trocas culturais e as distâncias cada vez mais diminutas se colocam em consonância com essa busca pela compreensão do mundo. Mas, para aproveitar todas essas novidades e “vantagens”, o mediador terá de acionar suas potencialidades intuitivo-sintéticas, lógico-analíticas e motor operacionais (Medina, 1996, p. 25-26). Em outras palavras, o mediador precisará colocar a prova sua habilidade em congregar a polifonia e a polissemia de suas fontes de informação, de seu público e dele mesmo (Medina, 1996, p. 27). Essa leitura cultural impetrada pelo mediador não apenas se tornará observável no texto resultante de sua atuação, como no processo produtivo como um todo.

A mediação social, exercida pelo jornalista, parece se tornar visível e tangível nas narrativas. Por meio desses textos – mais uma vez, não apenas escritos –, percebe-se o desenvolvimento de um processo amplo de relações costuradas. Assim, a mediação dialógica requer uma capacidade narrativa e, segundo Medina, isso vai além do domínio da gramática.

O jornalista precisa dos códigos de relação humana, para eticamente se desempenhar na sociedade e edificar com solidez a interação social criadora. Se, um dia, tocar esta utopia, será efetivamente um agente de relação numa sociedade participativa, democrática (Medina, 1996, p. 214-215).

As marcas autorais presentes nesse tipo de narrativa denotam a singularidade do chamado Jornalismo de Autor. Mesmo que esses mediadores utilizem como matéria-prima a informação, seu texto, seja uma peça curta ou um livro, estará sempre car-

regado de marcas individualizadas (Medina, 1996, p. 217). Como a produção, nessa perspectiva, leva em consideração a interferência dos feixes de forças, dentre eles o do próprio mediador, tais marcas acabam se tornando parte integrante da dinâmica dessa mediação.

Para Medina, as artes ajudam a desenvolver a sensibilidade intuitiva do mediador, assim como a pesquisa de campo e a observação participante da etnografia ajudam na ampliação e no aprofundamento dos nexos culturais. O texto só terá vivacidade na medi-



*A aproximação  
entre arte literária  
e jornalismo  
pode ser feita  
independentemente da  
mídia em que a  
narrativa será apresentada*

da em que a observação feita anteriormente for inspiradora. Aliás, a autora defende que a própria observação e o diálogo com os protagonistas apontam a melhor forma de narrativa; “é na realidade narrável que se encontra o mote de estrutura narrativa” (Medina, 1996, p. 228). Assim, a vivacidade do acontecimento se preserva e a palavra-revelação ganha espaço. Segundo a autora, nesse tipo de narrativa, a situação ou cena contada ganha vida e o texto permite ao público interagir com a história que se desenrola. Perspectiva bem diferente daquela presente na noção de palavra burocrático-descritiva da tradição jornalística em que a cena é morta, acontecida, o famoso “realizou-se ontem” (Medina, 1996, p. 227).

No que concerne ao formato das narrativas, segundo Medina (2008, p. 63), o jornalismo contemporâneo, inspirado nas artes literárias e na oratura dos personagens das

cenas cotidianas, pode se configurar como literatura. Muniz Sodré, por sua vez, defende o uso dos recursos da literatura no jornalismo, o que implica lançar mão dos recursos das narrativas ficcionais para aprimorar a narrativa do real sem, com isso, produzir ficção literária (Sodré, 2012, p. 157). Nas duas posições, observam-se implicações, ou complicações, que precisam de atenção. É necessário manter a fidelidade em relação aos fatos reais, isto é, não é possível florear ou criar além daquilo que é passível de confirmação por meio da apuração jornalística.

*Um segundo aspecto comum ao jornalismo e à etnografia é a utilização de “informantes” para interpretar o que é apreendido em campo*



Sodré enfatiza que a aproximação entre arte literária e jornalismo pode ser feita independentemente da mídia em que a narrativa será apresentada. Não há qualquer restrição quanto a isso e existem, inclusive, bons exemplos dessa inspiração pelas artes na produção radiofônica (Sodré, 2012, p. 171). As figuras de linguagem, o ritmo e a própria estrutura do texto podem ajudar a criar uma narrativa mais eficiente no que diz respeito à compreensão da faceta sensível (ou subjetiva) dos acontecimentos.

A forma narrativa como determinante da compreensão dos fatos se verifica, inclusive, na etnografia. “Hoje, antropólogos importantes como Clifford Geertz e James Clifford atribuem a compreensão etnográfica à própria escrita do pesquisador, mais do que aquilo que se chamaria de experiência do campo” (Sodré, 2012, p. 191). Talvez, a melhor maneira de compreender como

esse processo comunicativo pode dar conta de toda essa complexidade, inerente à realidade e ao fazer jornalístico, seja encontrada na união de uma “apuração dialógica” e uma narrativa sensível e sensibilizadora. Assim, seria possível garantir o diálogo social nesse processo triádico nos moldes pensados por Cremilda Medina.

Para usar uma aproximação com os papéis exercidos pelo jornalista na contemporaneidade, é pertinente pensar nesse comunicador como repórter. Nessa perspectiva, seu fazer jornalístico se confunde com a ideia de reportagem, isto é, sua atuação depende de processos que correspondam, primeiramente, à imersão em campo ou ao contato com os protagonistas das ações e, em segundo lugar, à elaboração de uma narrativa capaz de criar relações entre as cenas observadas e o público. Retomando a noção de mediação social de Cremilda Medina, pode-se inferir que, em linhas gerais, o jornalista comprometido com seu papel de repórter irá lidar com:

Quatro instrumentos de aferição e aprofundamento compreensivo do real: a humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema. (...) [Para obter] uma interpretação senão definitiva, pelo menos razoavelmente complexa (Medina, 2009, p. 225).

Assim, o jornalista consegue passar da mera descrição para a interpretação e a narrativa jornalística pode ser, dessa forma, apresentada como arte de tecer o presente.

### **Aproximações**

A primeira aproximação entre a etnografia, nos moldes da descrição densa proposta por Geertz, e o jornalismo dialógico, conforme perspectiva de Medina, é a necessidade da imersão na realidade, nos espaços onde as situações sociais se desenrolam. O repórter e o antropólogo precisam observar, sentir

o cheiro, tocar e, de certa forma, se colocar em relação, em contato com os contextos e personagens sobre os quais tratam. Seja o pesquisador que passará semanas ou meses acompanhando uma comunidade alternativa (ou mesmo uma dinâmica urbana), seja o repórter que tem apenas poucos dias para investigar uma questão, o trabalho dos dois depende, antes de tudo, de um único procedimento, a observação empírica.

Um segundo aspecto comum ao jornalismo e à etnografia é a utilização de “informantes” para interpretar o que é apreendido em campo. Como um ator externo, jornalista e antropólogo podem cometer equívocos na hora de inferir valores ou de julgar determinadas situações. Por isso, é importante encontrar um reforço interpretativo entre os indivíduos partícipes das dinâmicas observadas. O repórter precisa de alguém que possa apresentar os detalhes das ocorrências sobre as quais vai tratar. E o etnógrafo, que conta com o auxílio de um “guia”, terá mais condições de apreender os significados que lhe escapam.

Por último, destaca-se a necessidade que ambos têm de respaldar a interpretação em um conhecimento estabelecido. Antropólogos buscam, nesse momento, as teorias e os conceitos para alcançar o último estágio interpretativo de seu trabalho. Jornalistas procuram analistas e especialistas para, com suas ponderações, ampliar os aspectos histórico-culturais das situações tratadas e, assim, encontrar possíveis prognósticos e diagnósticos, se não definitivos, ao menos parciais.

Se os antropólogos fazem uso desses procedimentos para desenvolver estudos qualitativos, os pesquisadores que se debruçam sobre a comunicação contemporânea poderiam deles se apropriar para aprimorar sua metodologia de pesquisa empírica. Seria um desperdício não utilizar esse conhecimento de trabalho de campo e entrevista, uma vez que muitos dos estudiosos da comunicação são, por sua formação básica, iniciados em técnicas do fazer jornalístico.

*(artigo recebido jan.2015/aprovado abr.2015)*

## Referências

---

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local** – novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MEDINA, Cremilda. **Povo & personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.
- MEDINA, Cremilda. **Símbolos e narrativas** – rodízio 97 na cobertura jornalística. Secretaria do meio ambiente: São Paulo, 1998.
- MEDINA, Cremilda. **O signo da relação** – comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista** – o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.
- MEDINA, Cremilda. **Povo & Personagem** – sociedade, cultura e mito no romance latino-americano. Fundação Memorial da América Latina: São Paulo, 2008b.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo** – da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- MEDINA, Cremilda. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. In: MEDINA, Sinval, MEDINA; Cremilda de A. (Orgs.). **Energia, Meio Ambiente e Comunicação**. Série Novo Pacto da Ciência. Mega Brasil: São Paulo, 2009, p. 223-254.
- PIALOUX, Michel. Apresentação. In: TELLES, Vera; CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato** – notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.
- VARGAS, Raul Hernando Osório. **A reportagem literária no limiar do século 21**: o ato de reportar, os jovens narradores e o projeto São Paulo de Perfil. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCOM da ECA-USP, São Paulo, 1998.